

JOGADORAS DE FUTEBOL NO ENSINO MÉDIO: GÊNERO, CORPO E SEXUALIDADE

Karina de Toledo Araújo¹
Geiva Carolina Calsa²

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo chamar a atenção para o estudo das representações em termos de gênero, corpo e sexualidade e dos processos de construção identitária e de saberes de jovens alunas do ensino médio pertencentes a uma equipe feminina de futebol escolar. A problemática consiste na busca da representação dessas jovens sobre a prática do futebol em diferentes aspectos de sua vida. As principais questões são: quais sentidos e significados do 'jogar futebol' para estas mulheres? Como elas problematizam suas relações sociais e diferenciam-se a partir de suas experiências e vivências no processo de construção identitária? Como elas se sentem e pensam sobre sua prática em espaço escolar e não escolar? Como a escola lida com esta prática e como influencia nesta representação? As proposições teóricas que fundamentam as discussões ora apresentadas estão situadas no âmbito da Teoria das Representações Sociais e da Psicologia Social. Privilegia-se o estudo dos processos através dos quais os sujeitos, no interior de uma dada coletividade e momento histórico, constituem, em termos simbólicos e mentais, os sentidos para a sua própria experiência e para os modos de ordenamento e hierarquização do mundo social.

Palavras-chave: Educação; Gênero; Futebol Feminino; Representações.

1. A PROBLEMÁTICA INICIAL E A PROPOSTA DE ESTUDO

Conforme Costa (2002) vem se configurando novas formas de problematizar a educação, entretanto, é salutar discutir sobre os signos arbitrários, as relações de poder e as normativas expressas nos discursos e nas relações sociais. Isto se deve a necessidade de

¹ Discente do Curso de Doutorado em Educação da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Integrante do Grupo de Estudos e Pesquisa em Psicopedagogia, Aprendizagem e Cultura – GEPAC/UEM, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação – PPE/UEM. Professora do Depto. de Estudos do Movimento Humano (EMH) do Centro de Educação Física da Universidade Estadual de Londrina – UEL. katoledo11@yahoo.com.br

² Professora doutora do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá e coordenadora Grupo de Estudos e Pesquisa em Psicopedagogia, Aprendizagem e Cultura – GEPAC/CNPq, vinculado ao Programa de Pós- Graduação em Educação – PPE/UEM.

governar as coisas/diferenças. Sobre este assunto, Magalhães e Stoer (2005, p.7-8) esclarecem:

É, porém, inegável que foi a matriz racional-científica que se tornou dominante como modo de apreensão do mundo, da vida e das sociedades. [...] a explicação e compreensão do mundo, das diferentes formas de vida e das diferentes sociedades, sobretudo na Idade Moderna foram substancialmente marcadas pelo modelo “científico” de explicar e compreender [...] o que parece ser atualmente incontestado é o fato de haver uma estreita consonância paradigmática entre o saber científico acerca das coisas/diferenças e a necessidade de governar.

Os mesmos autores, citam Foucault (s.d.) ao evidenciarem que, a partir do século XIX, a antropologia cultural e a etnologia juntamente com as ciências médicas e todas as ciências sociais e humanas formam uma base de sustentação das políticas da diferença³. Entretanto, o que se observa em diferentes esferas públicas é a perpetuação pela busca da normalização populacional supostamente igualitária e mediada por práticas disciplinadoras e as diferenças essenciais no interior do ser humano reguladas por regras e registros de moralidade. Decorrente destes pressupostos, o espaço da escola – assim como outros - é organizado mediante uma interpretação de poder, entretanto, também é, dialeticamente, nesse espaço, que os desejos, as expectativas e necessidades dos sujeitos que o compartilham estão postos (BOURDIEU, 1999). Moreira (2007) reafirma o papel da escola enquanto uma das instâncias em que se produzem os processos de diferenciação, classificação e exclusão social. Com vistas à superação da produção e perpetuação, acredita-se que a escola deva possibilitar oportunidades de vivências e experiências para representar o mundo e a realidade no que diz respeito as diferenças humanas nos espaços em que se vive.

A inquietação que se configurou como motivação para este trabalho está diretamente ligada aos processos de diferenciação, classificação e exclusão social supracitados e tem origem em minha experiência enquanto docente de Educação Física na educação básica. A educação física é uma área privilegiada para discussão das relações de gênero, pois sua história sempre esteve vinculada a determinismos biológicos, estabelecendo práticas corporais peculiares a homens ou a mulheres, a partir de suas características físicas, afetivas e cognitivas, como também baseadas em expectativas de comportamento.

³ Políticas da diferença é um conjunto articulado de modos como, no Ocidente, os estados, suas concepções e suas práticas, regularam e regulam, pensaram e pensam e lidaram e lidam com a diferença, p.9



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SEXUAL - II SIES

Gênero, Direitos e Diversidade Sexual: Trajetórias Escolares

28, 29 e 30 de abril de 2011

MARINGÁ - PR



ISSN 2177-1111
www.sies.uem.br

Dentre os ‘vieses’ que retratam e procuram entender os processos anteriormente descritos apresentamos a psicologia social como área que possibilita a compreensão e superação das relações entre saber, comunidade e cultura orientadas pela perspectiva psicossocial a partir da representação que os sujeitos envolvidos em diferentes grupos apresentam e, ainda, as relações de tais representações no processo de constituição identitária.

Partilhamos das idéias de Jovchelovitch (2004) e entendemos que as relações sócio-culturais são as bases da formação de saberes expressas nas formas representacionais enquanto estrutura dialógica. As formas de representação ‘são partes’ do processo representacional relacionado ao/em um contexto em que se configuram. Portanto, a análise da forma representacional é imprescindível quando propomos entender o sentido e o significado da prática de futebol escolar pelas jogadoras, pois a representação mental é a integração de significante e significado que produz tais sentidos e significados. As representações sociais aparecem como construções contextualizadas de sujeitos sociais a respeito de objetos socialmente valorizados, podem ser identificadas através dos saberes populares e do senso comum.

As motivações para as discussões ora propostas se configuram a partir das seguintes questões: de que maneira as jovens jogadoras de futebol significam, problematizam e diferenciam-se a partir de suas experiências e vivências no processo de construção identitária em termos de gênero, corpo e sexualidade? Como elas se sentem, pensam e dão sentido para a sua prática em espaço escolar e não escolar? Como elas pensam e dão sentido para a sua prática em espaço escolar e não escolar? Como a escola lida com esta prática e como influencia nesta representação?

Para refletir sobre tais questão, procurar-se-a analisar os processos de construção identitária - gênero – por meio das representações de corpo e sexualidade de jogadoras de futebol a partir de suas vivências e experiências escolares e não escolares e de sujeitos pertencentes aos grupos – espaços relacionais (JOVCHELOVITCH, 2008) - com os quais elas convivem dentro e fora da escola, entre os quais, os atores sociais pertencentes a corpo escola (professores, alunos, funcionários, equipe pedagógica, etc..) e nos espaços não escolares (família, amigos e diferentes relacionamentos, etc.).

Os saberes estabelecidos sobre a prática do futebol feminino, os pensamentos sobre a situação – que traz a tona os saberes “via” palavra - e as atitudes - o fazeres, as

práticas e as relações - dos sujeitos desses grupos são as principais orientações para que o objetivo principal seja atingido, conseqüentemente, as indagações iniciais possam ser respondidas.

Conforme Jovchelovitch (2008), o saber produzido é uma condição *sine qua non* para a identificação das representações das jogadoras de futebol sobre o sentido desta prática, a constituição desses saberes, de seus entendimentos sobre o mundo e do processo de significação de tais saberes. “[...] mesmo se pensarmos sobre o conhecimento como produzido pelo sujeito individual, precisamos pensar neste sujeito como sendo ele próprio um contexto multidimensional que compreende um corpo e uma constituição psicológica localizados no social, no cultural e no histórico” (JOVCHELOVITCH, 2008, p. 91-92).

Conforme Moscovici (2004) cada experiência é somada a uma realidade predeterminada por convenções, que claramente define suas fronteiras distingue mensagens significantes de mensagens não-significantes, que liga cada parte a um todo e coloca cada pessoa em uma categoria distinta. Nenhuma mente está livre dos efeitos de condicionamentos anteriores que lhe são impostos por suas representações, linguagem ou cultura.

As maneiras como vivemos as experiências das distinções e desigualdades de gênero transformam-se ao longo do tempo e devem ser analisadas em conjunturas sociais específicas e localizadas, pois, estas vivências e experiências promovem a constituição de saberes daqueles dialogam com a realidade em que vivem. Estes saberes – conhecimentos - estão arraigados a noção de ‘pertencimento’. Este importante conceito é apresentado e discutido pelos fenomenólogos quando apresentam a constituição do conhecimento humano ao propor a superação das teorias do indivíduo isolado e suas ‘soberanas’ habilidades cognitivas na mais tradicional racionalidade científica e positiva do pensamento (FOUCAULT *apud* JOVCHELOVITCH, 2008). Contudo, é fundamental transpor esta concepção com vistas ao entendimento da construção identitária e das diferenças na constituição do gênero e sexualidade; a possibilidade para tal compreensão depende da análise das representações dos sujeitos envolvidos, de sua história, de seu grupo e da cultura a qual pertencem.

Sendo assim é preciso identificar as concepções de corpo, as manifestações corpóreas e as representações sobre sexualidade das jogadoras de futebol, em seguida a análise dos significados e dos sentimentos das jogadoras sobre a sua prática em espaço



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SEXUAL - II SIES

Gênero, Direitos e Diversidade Sexual: Trajetórias Escolares

28, 29 e 30 de abril de 2011

MARINGÁ - PR



ISSN 2177-1111
www.sies.uem.br

escolar e não escolar e, finalmente, averiguar como a escola lida com a prática das jogadoras de futebol e como isto influencia em suas representação sobre a própria prática, pois, valendo-se das idéias de Weeks (1986) citadas por Cavaleiro (2009), a questão de gênero na escola reveste-se de insistências de que formas de masculinidades e feminilidades devem ser estabelecidas como opostas e as identidades não normativas – a sexualidade e práticas sexuais - aparecem como assuntos privados, de pouca importância e que compõem a intimidade distante das políticas públicas.

Há de se destacar que as representações dependem da forma do pensamento e as formas do pensamento dependem das representações. “A teoria das representações sociais se alimenta destas compreensões quando discute as origens sociais do saber e, em particular, quando estuda como os contextos sociais e as representações se constituem mutuamente” (JOVCHELOVITCH, 2008, p.92).

Sendo assim, para entendimento sobre as representações das jogadoras de futebol escolar, é preciso considerarmos as questões afetivas, morais, sociais e psicológicas. Para tanto, além da representação social baseada nos pressupostos da psicologia social, consideramos de fundamental importância compreender a constituição da representação de mundo, de si mesmo e do outro.

2. AS PRÁTICAS ESPORTIVAS, O FUTEBOL E AS DISCUSSÕES DE GÊNERO

O gênero é entendido como a construção social e histórica dos conceitos de masculinidade e de feminilidade, produzidos a partir das características e diferenças biológicas, anatômicas e sexuais de homens e mulheres (SCOTT, 1990). E, conforme Weeks (2001), a sexualidade é apreendida pelos indivíduos, durante a sua vida, através da inserção cultural e social que experimentam.

Desde a infância são transmitidos valores e/ou padrões referidos às atribuições, aptidões, papéis e lugares sociais de gênero, que são internalizados pelos indivíduos como naturalmente dados e fixos. Assim, aprende-se que menino joga bola e não deve chorar, e que menina brinca de boneca e/ou casinha e é muito sensível e frágil. Desse modo, são sempre criadas e/ou reforçadas expectativas para o que é mais adequado a cada sexo.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SEXUAL - II SIES

Gênero, Direitos e Diversidade Sexual: Trajetórias Escolares

28, 29 e 30 de abril de 2011

MARINGÁ - PR



ISSN 2177-1111
www.sies.uem.br

Através do aprendizado de papéis, cada um/uma deveria conhecer o que é considerado adequado (e inadequado) para um homem ou para uma mulher numa determinada sociedade, e responder a essas expectativas (LOURO, 2003, p.24).

Os significados construídos para o gênero irão moldar em homens e mulheres os comportamentos, as atitudes, os movimentos corporais, as falas e os lugares determinados a cada um e de todos, naturalizando as noções do que é masculino e do que é feminino e gerando normas e expectativas sociais para os modos de ser mulher e para os modos de ser homem. Em torno de sua associação com sexo, corpo e sexualidade, é edificada uma visão binária, dicotômica e fixa para as identidades de gênero. Como argumentou Louro:

Através de processos culturais, definimos o que é – ou – não - natural; produzimos e transformamos a natureza e a biologia e, conseqüentemente, as tornamos históricas. Os corpos ganham sentido socialmente. A inscrição dos gêneros – feminino e masculino – nos é feita, sempre no contexto de uma determinada cultura e, portanto, com as marcas dessa cultura (LOURO, 2001, p.11.)

É importante salientar que a construção dessas noções se consolida em práticas discursivas referidas a processos sócio-educativos em geral – família, escola, igreja, mídia etc. – e que as noções mais hegemônicas de “feminino” e de “masculino” podem variar de cultura para cultura e também segundo o momento histórico.

O sujeito se constitui no interior da história e está conectado a ela, conforme Veiga-Neto (apud COSTA, 2002, p.32), “não apenas o sujeito enraíza-se na história, mas o próprio conceito de sujeito é uma invenção historicamente determinada”. Assim, a forma como as características sexuais são representadas ou valorizadas em uma dada sociedade e em um dado momento histórico constitui o caráter fundamentalmente social do conceito de gênero, uma vez que neste processo, ocorre a construção e padronização de papéis e comportamentos adequados aos homens e às mulheres (LOURO, 2003).

Com tais definições, busca-se “desnaturalizar” as diferenças de gênero, indicando para o modo como elas são culturalmente construídas e enfatizando o fato de que fazem parte dos interesses e processos sociais de dominação e exclusão, isto é, dos mecanismos presentes nas relações de poder que permeiam o conjunto das relações sociais. Scott afirma que o gênero é “um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos [e como] um primeiro modo de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1990, p. 14). Desconstruir e desnaturalizar a produção desses significados



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SEXUAL - II SIES

Gênero, Direitos e Diversidade Sexual: Trajetórias Escolares

28, 29 e 30 de abril de 2011

MARINGÁ - PR



ISSN 2177-1111
www.sies.uem.br

se configura como uma questão fundamental para os estudos que envolvem o corpo, o gênero e a sexualidade, sejam aqueles realizados em abordagens sócio-históricas, sejam aqueles produzidos na perspectiva dos estudos culturais.

O reconhecimento das identidades de gênero - modos como os indivíduos se sentem, percebem e se reconhecem no interior de uma dada realidade social da qual fazem parte - ocorre de forma mais ou menos consciente e, tantas vezes, inconscientemente, sendo que a identidade de gênero tem relação direta com a sensação interna que as pessoas têm de pertencerem e se identificarem com modos de ser “masculinos” e “femininos” inscritos em sua cultura, por isso representados individualmente e socialmente.

[...] as representações sociais são fenômenos complexos sempre ativados em ação na vida social. Em sua riqueza como fenômeno, alguns elementos presentes são: informativos, cognitivos, ideológicos, normativos, crenças, valores, atitudes, opiniões, imagens, etc. [...] estes elementos são organizados sempre sob a aparência de um saber que diz algo sobre o estado da realidade (JODELET, 2001, p. 21).

As identidades de gênero têm a ver com experiências, desejos, sonhos, fantasias e trajetórias particulares que cada indivíduo constrói para sua vida. É comum a relação que se costuma fazer entre as identidades de gênero e as identidades sexuais, que, apesar de manterem relações estreitas entre si, dizem respeito a fenômenos diferentes. Segundo Moreira (2007), o gênero é a principal referência para as formas de restrições impostas à orientação da vida sexual. Os sujeitos constituem suas identidades sexuais através das formas como vivem sua sexualidade, com parceiros/as do mesmo sexo, do sexo oposto, de ambos os sexos ou sem parceiros/as. Por outro lado, os sujeitos também se identificam, social e historicamente, como masculinos ou femininos e assim constroem suas *identidades de gênero*. Conforme Louro (2001; 2003), a sexualidade é a forma cultural e historicamente modelada pela qual vivemos nossos desejos e prazeres corporais, enquanto o gênero é a diferenciação social entre homens e mulheres.

Questões de gênero, corpo e sexualidade relacionadas à constituição identitária são influenciadas – entre outras - pela prática esportiva e a ação e representação desta prática em determinado tempo e sociedade. As práticas corporais são revestidas de sentidos e significados a partir do estabelecimento da diferença de gênero. A singularidade das manifestações corpóreas presentes nas aulas de educação física e a relação dessas



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SEXUAL - II SIES

Gênero, Direitos e Diversidade Sexual: Trajetórias Escolares

28, 29 e 30 de abril de 2011

MARINGÁ - PR



ISSN 2177-1111
www.sies.uem.br

manifestações durante atividades propostas, entre as quais a prática de diferentes modalidades esportivas

As práticas esportivas são práticas socializadas parte da cultura. São influenciadas e influenciam a formação de saberes e de pensamentos em diferentes âmbitos da vida dos sujeitos pertencentes ao grupo que a pratica. A história da educação física é muito enfática ao abordar a participação feminina e masculina em suas práticas (entre as quais, as práticas de modalidades esportivas). Segundo Soares (1994), a educação física, em muitos momentos da história no Brasil, se confunde com as instituições médicas e militares acentuando um caráter médico higienista, exacerbando seu papel higiênico, eugênico e moral e passaria então a constituir-se em elemento de extrema validade para colocar em prática o processo disciplinar dos corpos (SOARES, 1994) e passou, então, a ser um instrumento para que essa educação e disciplinarização dos corpos pudessem acontecer.

Para o completo trabalho de educação dos corpos, eram necessários exercícios específicos, ou seja, que pudessem desenvolver os órgãos do sentido, que pudessem atender aos preceitos da elegância e, assim, variar entre os sexos. Foucault (1993, p.146) descreve sobre a importância dessas imposições ao corpo que “o domínio e a consciência de seu próprio corpo só puderam ser adquiridos pelo efeito do investimento do corpo pelo poder”.

Para Foucault (1987), o corpo acaba por estar inserido numa teia de poderes que lhe ditam proibições e obrigações. Trata-se de coerções que determinam seus gestos e atitudes e que delimitam e promovem seu exercício e suas práticas; são mecanismos de se construir o corpo num campo político de utilidade-docilidade. Tal análise se refere a um sistema que impõe uma sujeição/disciplina corporal dentro de uma relação de poder. O corpo é moldado por comportamentos socialmente aceitáveis, que restringem suas utilidades e suas atividades. Desse modo, são sempre criadas e/ou reforçadas expectativas para o que é mais adequado a cada sexo, “o conhecimento relativo ao gênero poderá permitir uma maior flexibilidade quanto às desigualdades nesse domínio e actuar no sentido de as (des)naturalizar, isto é, poderá permitir perceber como o que é considerado feminino ou masculino representa uma construção social” (apud NOGUEIRA; SAAVEDRA e COSTA, 2008, p. 61).

Nós percebemos o mundo tal como é e todas nossas percepções, idéias e atribuições são respostas e estímulos do ambiente físico ou quase físico, em que

vivemos [...]. Temos a necessidade de avaliar seres e objetos corretamente, de compreender a realidade completamente [...] (MOSCOVICI, 2004, p. 30).

Valendo-se das palavras de Goellner (2006), as práticas esportivas seduzem e sempre seduziram – assim como desafiavam e continuam a desafiar - muitas mulheres que indiferentes às convenções morais e sociais aderiram e continuam aderindo a sua prática independentemente do discurso hegemônico da interdição ou ainda o incentivo a participação em modalidades esportivas que fortalecessem o corpo sem destituir-lhe a feminilidade.

O futebol, por ser uma modalidade esportiva comumente associado ao “mundo masculino” ou de “natureza masculina”, quando praticado por mulheres provoca uma diferenciação dessas jogadoras para as mulheres não jogadoras pois a relação entre mundo-masculino e futebol é naturalizada e mundo-feminino e futebol, por sua vez, é estranhada. O futebol acentua a dominação masculina, pois conforme Bozon (2004), as imagens, o vocabulário e as significações mobilizadas em cada sociedade para evocar as relações sexuais são, em todos os lugares, utilizados para dizer igualmente a dominação de sexo em geral.

Até o início da década de oitenta do século XX, as mulheres não tinham o direito de praticar várias modalidades esportivas no Brasil e, dentre elas, o futebol, por serem consideradas incompatíveis com os modelos de feminilidade. A construção dessa idéia, que qualifica a mulher como sexo frágil, passivo e incapaz para a disputa – a qual exige arrojo e coragem – é explicada por vários autores que, sob a perspectiva de gênero, indicam a feminilidade como uma construção sociocultural, feita a partir de uma diferenciação e oposição aos atributos considerados masculinos. Ao contrário do homem, a mulher seria “feita de contenção, discrição, doçura, passividade, submissão, pudor e silêncio” (BEAUVOIR, apud PERROT, 2003, p. 21). A difusão dessa concepção influenciou na formação de crenças sociais e culturais de supremacia masculina.

Hoje, primeira década do século XXI, é possível observar cada vez mais mulheres aderindo ao futebol, seja nas escolas, nos clubes, integrando equipes femininas e chegando até a constituir uma Seleção Brasileira Feminina de Futebol.

Entretanto, a trajetória do futebol feminino brasileiro foi oposta à do futebol masculino. Segundo Bruhns (1995), enquanto os homens da elite começaram a praticá-lo

no final do século XIX, em São Paulo e no Rio, o grupo feminino que aderiu à prática do futebol era pertencente às classes menos favorecidas, de sorte que as mulheres que jogavam eram consideradas "grosseiras, sem classe e malcheirosas". Às mulheres da elite cabia o papel de torcedoras e só a partir da década de 1990 é que tal prática passa a ser incorporada pela elite. Para a autora, é a partir daí que, “associado a uma imagem veiculada e vendida pela indústria cultural sobre determinado padrão de beleza feminina associada a certa classe social” (BRUHNS, 1995, p. 95), o futebol praticado por mulheres ficou vinculado a estereótipos de masculinidade e assim continua sendo difundido.

A sociedade moderna tinha na igualdade de seus cidadãos um de seus objetivos e produziu novas hierarquias baseada em normas. “Níveis de racionalidade e de corporeidade foram lançados numa escala evolutiva” (BIRMAN, 2002, p.22). Tal escala definia a concepção de progresso individual e coletivo e a determinação de padrões sociais, assim como, a definição de papéis sociais sob registros da moralidade. As maiores conseqüências: preconceito e exclusão social. “Foi justamente este processo de construção de novas hierarquias (fundadas na razão e nas normas para legitimar as desigualdades e supostamente para produzir a igualdade) que conduziu ao mal-estar na modernidade” (BIRMAN, 2002, p.23).

Concordamos com Cavaleiro (2007) quando afirma que a construção de identidades, concebida como um processo histórico, social e politicamente negociado, remete à premissa básica de sua produção e reprodução no interior das relações de gênero da sociedade contemporânea, estruturando posições sociais ocupadas por homens e mulheres de forma desigual e hierárquica, isto é, marcada pela dominação.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS... PARA O INÍCIO DA CONVERSA

Dois pontos desafiantes se destacam na temática aqui proposta. O primeiro diz respeito ao desafio próprio dos temas apresentados e dos contextos em que serão analisados: futebol feminino, processo de construção identitária, gênero, corpo e sexualidade historicamente, se constituíram – e continuam a ‘pertencer’ - a um cenário



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SEXUAL - II SIES

Gênero, Direitos e Diversidade Sexual: Trajetórias Escolares

28, 29 e 30 de abril de 2011

MARINGÁ - PR



ISSN 2177-1111
www.sies.uem.br

discriminatório, excludente e preconceituoso. E o segundo desafio é que nos propomos a estudar ‘as diferenças nas diferenças’ a partir da representação social dos sujeitos individuais que compõem o grupo de pesquisa e, desta forma, compreender a relação destas nas representações sociais das jovens e, assim analisar os saberes e a identificação delas na vida social.

As transformações nos modos de ser, pensar e agir de cada pessoa estão articuladas com as histórias pessoais, com os pertencimentos de classe, raça, religiosos, geracionais etc. Assim, as identidades estão sempre se constituindo e se produzindo; são instáveis e passíveis de transformação e, conforme Jovchelovitch (2004), a comunicação – em diferentes dimensões - possibilita a relação ‘entre’ os sujeitos nos grupos sociais e conforme as culturas constituídas e nas diferenças inerentes ao sujeito individual e ao sujeito social. Neste sentido, entendemos que o individual torna-se social assim como o social incide sobre o individual.

Heilborn (1999) citada por Cavalero (2007) destaca que é preciso compreender a identidade como um processo e não como um dado. É importante conceber sexualidade e gênero enquanto dimensões que integram a identidade pessoal de cada indivíduo mas são originadas, afetadas e transformadas pelo modo como os valores sociais, sistematizados em códigos culturais – e cultura é entendida aqui como um campo de produção de significados, de criação, de movimento – que organizam a vida coletiva em um dado momento histórico.

As sexualidades estão relacionadas com o que Foucault (1993) entende ser o produto real da interferência de um tipo de poder sobre os corpos e seus prazeres. São uma série de crenças, comportamentos, relações e identidades que são historicamente modeladas e socialmente construídas em redes de poder, que instalam determinadas verdades sobre os modos e os sentidos de viver o prazer sexual. Para Weeks (2001, p.70), a idéia de identidade sexual tem a ver com escolhas que podem ser conflitantes, pois “significa assumir uma posição específica em relação aos códigos sociais dominantes”. Essa idéia é complementada por Swain (2001), ao entender que esse complexo mecanismo envolve “um sistema de representações sociais codificadas em normas, regras, paradigmas morais e modelos corpóreos que delimitam os campos do aceitável, do dizível, do compreensível”. Heilborn (2006), ainda complementa ao afirmar que a sexualidade também pode ser pensada por meio da articulações entre o nível societário e a trajetória



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SEXUAL - II SIES

Gênero, Direitos e Diversidade Sexual: Trajetórias Escolares

28, 29 e 30 de abril de 2011

MARINGÁ - PR



ISSN 2177-1111
www.sies.uem.br

individual e biográfica dos indivíduos, dada que ela é objeto do processo de aprendizagem e este, pautado pelas concepções de gênero e pelo sexo anatômico.

As significações culturais em termos de gênero - mitos, crenças, valores, tabus -, fundam-se em estruturas sociais fortemente estabelecidas e constituem estereótipos de masculinidade/feminilidade que são internalizados pelos indivíduos sem a devida percepção de seu caráter discriminador e excludente. Tal fenômeno, portanto, também se manifesta no campo das práticas esportivas.

Neste sentido é importante o estudo da representação social, que, segundo Moscovici (2004) é um conhecimento recriado em função de sistemas próprios de valor. Tais conhecimentos assumem multi-formas e multi-significados dependendo do processo de comunicação e dos tipos de linguagens estabelecidas entre os diferentes segmentos culturais que compõe a sociedade.

REFERÊNCIAS

BIRMAN, Joel. Subjetividade, contemporaneidade e educação. In: CANDAU, Vera Maria (org.). **Cultura, linguagem e subjetividade no ensinar e aprender**. 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 5 ed. São Paulo: Editora Perspectiva S.A., 1999.

BOZON, M. **Sociologia da sexualidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BRUHNS, H. T. Corpos femininos na relação com a cultura. In: ROMERO, E. (Org.) **Corpo, mulher e sociedade**. Campinas: Papyrus, 1995.

CAVALEIRO, M. Cristina. **A escola em movimento: feminilidades homossexuais, identidades, pertencimento e exclusão**, 2007. Disponível em: www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/.../GT03-2589--Int.pdf.

COSTA, Marisa Vorraber. Sujeios e subjetividade nas tramas da linguagem e da cultura. In: CANDAU, Vera Maria (org.). **Cultura, linguagem e subjetividade no ensinar e aprender**, 2 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade I: a vontade de saber**. 11.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993.



II SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO SEXUAL - II SIES

Gênero, Direitos e Diversidade Sexual: Trajetórias Escolares

28, 29 e 30 de abril de 2011

MARINGÁ - PR



ISSN 2177-1111
www.sies.uem.br

FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. 12 ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

GOELLNER, S. V. **Feminismos, mulheres e esportes**: questões epistemológicas sobre o fazer historiográfico. GRECO: Grupo de Estudos sobre Cultura e Corpo. UFRS, 2006. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/3554/1953>

HEILBORN, Maria Luiza. Entre as tramas da sexualidade brasileira. **Estudos Feministas**. Florianópolis, 14 (1):336, janeiro/abril, 2006.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise (Org.) *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Psicologia social, saber, comunidade e cultura. **Psicologia & Sociedade**, v. 16, n. 2: 20-31; maio/ago, 2004.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Os contextos do saber**: representações, comunidade e cultura. Petrópolis: Editora Vozes, 2008. (Psicologia Social).

LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

LOURO, G. L. (Org.). **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 5.ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MAGALHÃES, A. M.; STOER, S.R. **A diferença somos nós**: a gestão da mudança social e as políticas educativas sociais. Porto: Edições Afrontamento, 2005.

MOREIRA, Maria de Fátima Salum. Tensões e diferenças na sala de aula: práticas docentes gênero e sexualidade. FCT/UNESP/Presidente Prudente. In: **Anais do Seminário Internacional Fazendo Gênero – Corpo, Violência e Poder**, Florianópolis, 2007.

Disponível em:

[http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/M/Maria de Fatima Salum Moreira 07_A.pdf](http://www.fazendogenero7.ufsc.br/artigos/M/Maria%20de%20Fatima%20Salum%20Moreira%2007_A.pdf)

MOSCOVICI, Serge. **Representações** sociais: investigação em psicologia social. 2 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2004 (Psicologia Social).

NOGUEIRA, C; SAAVEDRA, L; COSTA, C. (In)Visibilidade do gênero na sexualidade juvenil: propostas para uma nova concepção sobre a educação sexual e a prevenção de comportamentos sexuais de risco. **Pro-Posições**, v. 19, n. 2 (56), maio/ago, 2008.

PERROT, Michelle. Os silêncios do corpo da mulher. In: MATOS, I. S. & SOIHET, R. (Org.). **O corpo feminino em debate**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, v.16, n.2, p.5-22, jul./dez. 1990.



SOARES, Carmem Lúcia. **Educação física**: raízes européias e Brasil. Campinas: Autores Associados, 1994.

SWAIN, T. N. Feminismo e recortes do tempo presente mulheres em revistas "femininas". **Perspectiva**, v.15, n.3, jul./set 2001. Disponível em:
<http://www.scielo.php?script=sci_arttex&pid=s0102-8839200100300010&Ing=pt&nrm=isso>. Acesso em 19/12/2003.

WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, G. L. (Org.) **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Tradução de artigos: Tomaz Tadeu da Silva. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.